

O Multiculturalismo como ideologia e política pública

por José Pedro Teixeira Fernandes

Politólogo
www.jptfernandes.com

1. A palavra «multiculturalismo» parece ter entrado definitivamente no léxico da política portuguesa. Numa entrevista dada pelo actual Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas este afirmou pretender «fazer uma pequena revolução na política de integração de imigrantes em Portugal». Esta «pequena revolução» consiste em prosseguir uma nova política cuja «palavra-chave é multiculturalismo, interculturalidade». Para o Alto-Comissário o Canadá é «a referência, o farol em termos de políticas de emigração» e o seu princípio de partida baseia-se na aceitação que «pessoas doutras culturas, quando sentadas à nossa mesa, não sejam obrigadas a usar talheres»¹ (uma referência ao livro recentemente publicado por este «Uma Mesa com Lugar Para Todos – Para uma Visão Humanista da Imigração». Mas o que é o multiculturalismo? E o que significa prosseguir políticas multiculturais? E quais são as características do multiculturalismo no Canadá e do modelo canadiano? São estas as questões às quais vamos tentar dar resposta, recorrendo, para o efeito, ao debate teórico sobre o assunto e às experiências de países com tradição em políticas multiculturais como é o caso do Canadá (o «farol» do Alto-Comissário) e em menor grau dos EUA.

2. Antes de mais é necessário responder à questão conceptual de saber o que é o multiculturalismo. A palavra é ambígua e tem pelo menos dois sentidos diferentes: (i) um sentido descritivo, onde se refere a um facto da vida humana e social, exprimindo a

diversidade cultural étnica, religiosa que se pode ver no tecido social, ou seja, um certo cosmopolitismo que actualmente é fácil de observar em qualquer grande cidade da Europa e da América do Norte; (ii) um sentido prescritivo, onde designa as políticas de reconhecimento de identidade e de «cidadania diferenciada» que os poderes públicos devem pôr em prática, em nome dos grupos minoritários. Importa sublinhar que enquanto a maior parte da opinião pública, pelo menos em Portugal, interpreta o discurso do «multiculturalismo» no sentido descritivo do conceito, o que está em causa neste debate é essencialmente o sentido prescritivo do mesmo. Isto naturalmente leva-nos à questão das já referidas políticas de reconhecimento de identidade e/ou de «cidadania diferenciada», que os defensores do multiculturalismo sustentam como sendo a «boa» orientação política e fundamentam em princípios democráticos e em valores morais e de justiça social, argumentando com «casos de sucesso» como o do Canadá. Mas, visto que se trata de políticas públicas, que ideias e/ou ideologias prescrevem essas políticas? Para respondermos a este questão, vamos efectuar uma breve referência ao debate teórico sobre o multiculturalismo no universo cultural anglo-saxónico, e às «guerras de cultura» que este alimenta.

3. Se é claro que o multiculturalismo, como política pública, é um produto cultural que está associado, em graus variáveis, aos chamados países anglo-saxónicos (Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Reino Unido e EUA) – embora tenha também raízes noutros Estados como a Holanda – o que já é menos claro é saber como se chegou à ideia da necessidade de políticas públicas multiculturais, bem como saber quais são as concepções ideológicas que sustentam essas políticas. Na imensa literatura teórica que existe na América do Norte sobre este assunto, um dos poucos pontos consensuais é que o multiculturalismo – pelo menos na sua versão mais extrema –, é um produto daquilo que podemos designar como «marxismo

¹ Ver entrevista de Rui Marques ao *Público/Rádio Renascença*, publicada em texto escrito no Jornal *Público* (14 de Novembro de 2005), pp. 20-21.

cultural» por falta de uma designação mais rigorosa. De facto, na sua origem encontram-se os Estudos Culturais britânicos da «Escola de Birmingham», desenvolvidos a partir dos anos 50 do século XX, os quais têm duas grandes fontes de inspiração. Uma primeira está ligada aos trabalhos do revolucionário e fundador do Partido Comunista italiano dos anos 20 e 30, Antonio Gramsci. Nos seus «cadernos da prisão», Gramsci desenvolveu a ideia que as «inevitáveis» revoluções comunistas anunciadas por Karl Marx e Friedrich Engels não ocorreram devido à «hegemonia cultural» da burguesia, a qual levou a que as classes trabalhadoras e os oprimidos se identificassem com o seus valores impedindo a revolução. Então, impunha-se prosseguir uma nova estratégia: minar a hegemonia cultural burguesa, deslocando o combate (que já se anunciava perdido) do terreno da economia para o mais prometedor terreno da cultura. Não é por acaso que os neo-gramscianos procuram criar «trincheiras de resistência» nas disciplinas culturais (Estudos Culturais, Literatura, Antropologia, Sociologia, Comunicação Social, Ciências da Educação, etc.).

Mas uma outra fonte de inspiração alimenta também o multiculturalismo. Esta encontra-se nos trabalhos dos pensadores marxistas não-ortodoxos (ou seja, não alinhados pela doutrina oficial dos Partidos Comunistas de influência soviética) da chamada «Escola de Frankfurt» (Walter Benjamin, Theodor Adorno, etc.) e na sua crítica de índole cultural à sociedade capitalista. Esta linha teórica foi outra proveitosa fonte de inspiração para os Estudos Culturais britânicos e para muitas das posteriores inovações da teoria social. Actualmente são os continuadores destas linhas de pensamento – que agora não se auto-designam habitualmente como marxistas – que pretendem justificar com a sua «autoridade científica» e promover junto dos decisores políticos estaduais a necessidade e as «virtudes» morais do multiculturalismo. Subjacente a esta argumentação, está, sobretudo, o argumento da impossível neutralidade do Estado Liberal face à diversidade cultural e a consequente

opressão que resulta dessa impossibilidade de neutralidade cultural, para os diferentes grupos minoritários. Nesta visão, é lugar comum afirmar-se que «todas as culturas são boas» merecendo por isso igual tratamento e respeito, não havendo, então, qualquer motivo para valorizar umas em detrimento das outras. Outra ideia em que assenta este argumentário é a da impossibilidade de uma verdade objectiva, de tipo transcultural, ou seja, de uma verdade comum às diferentes culturas. Como se pode já imaginar, esta ideia leva facilmente a um relativismo cultural extremo a que os seus defensores chamam a «incomensurabilidade» das diferentes culturas.

4. Deve a um Sikh ser permitido conduzir sem capacete, por ser uma prática cultural do seu grupo o uso habitual do turbante? Deve uma Muçulmana poder fazer a chamada «circuncisão feminina», por ser esta a sua tradição religiosa e familiar? Deve um Hindu estar isento dos feriados religiosos (Cristãos) dos países Ocidentais, podendo abrir, por exemplo, as suas lojas comerciais em dias em que está proibida a sua abertura por motivo de celebrações religiosas do Cristianismo? Devem os *curricula* escolares ser alterados em disciplinas como a História e/ou a Literatura, para dar «voz aos que não têm voz» e aumentar a autoestima dos grupos minoritários em detrimento do estudo dos clássicos *Dead White Males* como William Shakespeare, que reflectem a cultura «eurocêntrica» (anglo-saxónica) da maioria branca, protestante e masculina (WASP)²? Vistas a partir de Portugal estas questões são não só novas como podem até parecer um pouco bizarras e fazer-nos sorrir. Todavia, estas são controvérsias sérias e bem conhecidas não só do debate teórico³, como do cidadão comum nos países onde o multiculturalismo não é apenas uma palavra *fashion* para políticos ou comentadores. É que aí os efeitos das suas políticas são uma realidade bem palpável no dia a dia. Quais são esses efeitos? Vejamos o caso do Canadá.

² White Anglo-Saxon Protestant.

5. Muitos dos principais «cultores» do multiculturalismo são de facto canadianos. Desde o seu «pai político» nos anos 60 do século XX, o senador de origem ucraniana, Paul Yuzyk, até aquele que o *Wall Street Journal* já designou como sendo o *guru* global do multiculturalismo, Will Kymlicka⁴, um filósofo ligado às Universidade de Toronto e Otava, que reclama ter elaborado uma inovadora teoria liberal do multiculturalismo e uma nova concepção de «cidadania diferenciada», derivada da teoria da justiça do filósofo norte-americano John Rawls. Em termos de política pública, o multiculturalismo oficial é actualmente regulado pelo *Canadian Multiculturalism Act* de 1988. Todavia, este país é um caso particularmente curioso pois o entusiasmo das elites políticas e académicas pelo multiculturalismo esfria-se bastante quando se chega à população, que supostamente seria a grande beneficiária dessas políticas.

Num livro caústico sobre culto do multiculturalismo no Canadá, Neil Bissoondath, um canadiano nascido em Trinidad, mostra diversas facetas da realidade social que normalmente são pouco conhecidas no exterior. Por exemplo, este refere que, num inquérito feito em meados dos anos 90, a maioria dos canadianos acreditava que o «mosaico multicultural» não estava a funcionar e mais de 70% afirmavam que as políticas multiculturais deveriam dar lugar a uma «absorção cultural» do género do *melting pot* dos EUA⁵. Para este escritor cujo livro se tornou num *best-seller*, tendo ganho o *Montador Award* de 1994, o multiculturalismo é uma espécie de novo *apartheid* que cria «canadianos com hífen» (afro-canadianos, muçulmano-canadianos, sino-canadianos, russo-canadianos hispano-canadianos, etc.) e não apenas «canadianos» tendo um efeito oposto ao proclamado oficialmente: afasta as minorais

³ Entre outros ver Arthr M. Schlesinger, *The Disuniting of America. Reflections on a Multicultural Society*. Nova Iorque-Londres, W. W. Norton & Company, 1991.

⁴ Will Kymlicka, *Multicultural Citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights*, Oxford-Nova Iorque, Oxford University Press, 1995.

⁵ Neil Bissoondath, *Selling Illusions. The Cult of Multiculturalism in Canada*, 2ª ed. revista e actualizada, Toronto, Penguin Books, 2002.

da cultura dominante levando-as ao *ghetto* cultural, o que lhes diminui as possibilidades de integração e de sucesso económico e social.

Ainda segundo Neil Bissoondath, os elogiados festivais de cultura que cada comunidade organiza anualmente sob a égide das autoridades multiculturais – a principal «imagem de marca» do multiculturalismo oficial –, não são mais do que representações estereotipadas e caricaturais dessas mesmas culturas. Um outro exemplo problemático do multiculturalismo no Canadá, normalmente também pouco conhecido, mas em que vale a pena reflectir pelas suas consequências políticas, esteve ligado às guerras da implosão da Jugoslávia nos anos 90. Em plena guerra da Bósnia, enquanto a posição oficial do Canadá era a de condenação dos sérvios e de participação nos esforços de manutenção de paz dos capacetes azuis das Nações Unidas, os sérvio-canadianos (um dos grupos de cidadãos com hífen objecto das políticas multiculturais), não só contestaram a política oficial do Estado como apoiaram a Sérvia, tendo inclusivamente a sua comunidade fornecido combatentes para o causa dos sérvios-bósnios.

6. É conhecida a apetência sociológica portuguesa pelos produtos importados, sejam eles banais bens de consumo, ou produtos culturais sofisticados. Esta apetência leva, não invulgarmente, a tentar reproduzir modelos de outros países que, frequentemente, são apenas conhecidos de forma parcial e nas suas facetas mais atractivas, e se auto-justificam pela autoridade que lhe é conferida pelo facto de terem origem num país mais desenvolvido, associada à novidade da sua introdução em Portugal. Aparentemente é isto que se está a passar na propensão para importar o multiculturalismo. Todavia, valeria a pena olhar com mais atenção para a experiência canadiana. Esta, pelas razões já apontadas, é um caso de (in)sucesso muito mais complexo e problemático do que normalmente é apresentado. Para além disso, convém não perder de vista que a experiência histórica do Canadá como Estado

soberano, e a matriz sociológica da sua população, pouco ou nada têm a ver com a portuguesa. Aliás, o país até esteve à beira de uma secessão do Quebeque, rejeitada por uma margem de 1,6% em referendo, o que mostra bem a dificuldade e/ou sua (in)capacidade em formar canadianos. Por último, a experiência de outros países com tradições em políticas multiculturais, como, por exemplo, a Austrália e a Holanda poderia de facto ajudar-nos. E ajudar-nos especialmente a não cometer os mesmos erros. Efectivamente, em ambos, a partir dos anos 60 e 70 do século XX, foram implementadas políticas multiculturais que, em graus variáveis, fracassaram na integração cultural e na formação de cidadãos oriundos de grupos minoritários e de outras culturas. Nesses países, já se percebeu que o anunciado «paraíso multicultural» se pode transformar facilmente num «drama multicultural» (a expressão é do sociólogo holandês Paul Scheffer⁶), pelo que actualmente estão em fase de reversão das suas políticas. E nós, será que vamos continuar a não aprender com as experiências dos outros e a cair nos mesmos erros que estes cometeram há trinta ou quarenta anos atrás?

⁶ Paul Scheffer, «Het multiculturele drama» in *NRC Handelsblad* (29 de Janeiro de 2000).